

PMDB ouve o emissário de Collor

A partir de amanhã a trinca de articuladores políticos do presidente eleito — o futuro ministro da Justiça, deputado Bernardo Cabral (AM), o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) e o deputado Renan Calheiros (PRN-AL), líderes indicados por Collor de Mello para o Senado e a Câmara — vai começar uma série de contatos políticos com os líderes de partidos na Câmara dos Deputados. O objetivo é abrir os canais de negociação no Congresso para facilitar os entendimentos, que serão feitos no momento em que o presidente eleito enviar para o Legislativo as primeiras medidas de seu governo. No Senado esses encontros começam hoje.

Os primeiros contatos com os líderes da Câmara, uma espécie de missão precursora, estão sendo feitos pelos deputados Adolfo Oliveira, líder do PL, e Konder Reis (PDS-SC). Os dois foram íntimos colaboradores de Bernardo Cabral durante a Constituinte, da qual o futuro ministro da Justiça foi o relator, e agora estão desempenhando a função de interlocutores no Congresso, independentemente da atuação de Carlos Chiarelli e Renan Calheiros.

Porta aberta

Ontem o deputado Adolfo Oliveira teve um encontro com o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), para preparar o terreno para o futuro ministro da Justiça, Bernardo Cabral. A reunião foi informal, segundo os dois, e não se discutiu a atuação do PMDB no Congresso em relação às medidas que o futuro presidente pretende adotar. O próprio Ibsen Pinheiro fez questão de dar o tom informal à conversa deixando a porta de seu gabinete aberta no momento do encontro com Adolfo Oliveira.

O líder do PMDB disse que a atuação de seu partido será a de examinar as propostas do futuro governo em função dos interesses do País e em seguida se posicionar. O partido tem a maior bancada na Câmara — 171 deputados — mas Ibsen Pinheiro disse que ainda não marcou uma reunião com os parlamentares para discutir a posição do PMDB nos primeiros dias do próximo governo.

Privatização

Em relação às medidas que se anunciam que o futuro governo tomará, ele não quis comentar. Disse que as informações são genéricas e ainda não dá para fazer avaliação. Mas o líder do PMDB afirma que se as medidas de privatização que Collor pretende adotar são desejáveis, devem, contudo, proteger o patrimônio público e preservar uma visão estratégica do desenvolvimento nacional. Há um ano o governo Sarney tentou fazer algo semelhante e o PMDB foi um dos partidos que se recusou a aprovar as medidas, "porque eram um cheque em branco ao Executivo", segundo o deputado. A posição do partido, segundo o líder, sempre foi a de manter uma posição responsável e, se mesmo no tempo do regime militar nunca contribuiu para a ingovernabilidade, não será agora, com um governo legitimado pelas urnas, que irá fazê-lo.